

Q1

SEGUNDO REINADO NO BRASIL

Profa. Lis Coutinho



BEM-VINDOS À AULA!

Agenda de Hoje

- Compreender a economia e a sociedade do período: ascensão da cafeicultura e início da industrialização;
- Entender a questão da mão de obra: escravidão e imigração.



CONTEXTUALIZAÇÃO

"Pacificação" do país

Q3.

Com a antecipação da maioridade de Dom Pedro II, em 1840, teve início o Segundo Reinado, apogeu da Monarquia brasileira, representante legítima dos interesses das elites. Deu-se continuidade à centralização política e administrativa iniciada em 1837 e “pacificou-se” o país, com a repressão às revoltas herdadas do período anterior, bem como a novos movimentos que colocariam em risco a ordem monárquica. Conservadores e liberais, os dois partidos de então, integraram o governo elitista de Dom Pedro II, durante o “período de conciliação”, como foi denominado, contribuindo para consolidar a ordem imperial oligárquica brasileira.

→ A oligarquia escravista-exportadora, em especial açucareira e cafeeira, bem como seus representantes na organização imperial, marcaram a feição do país durante o Segundo Reinado, mantendo a ordem socioeconômica construída ao longo do processo de colonização. Apesar da aparente continuidade entre o período colonial e o Império, emergiram novas forças sociais, em especial as nascidas do surto industrial e do processo de urbanização, na segunda metade do século XIX. O cacau e a borracha, de alto valor comercial no mercado externo, ganharam destaque na produção agrícola brasileira, e a mão de obra escrava foi sendo gradualmente substituída pela assalariada, constituída basicamente de imigrantes.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Mão de obra escrava africana e mão de obra livre e branca

Ao mesmo tempo que se mantinha o caráter elitista da dominação política, a economia tornava-se mais racional e produtiva, avançando no sentido do desenvolvimento capitalista, o que por sua vez envolvia mecanismos próprios de exclusão social. As transformações promoveram a definitiva transferência do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste, com grande crescimento populacional no novo polo econômico e mudanças na estrutura étnico-social da população.

Em termos demográficos, o número absoluto de escravos, que aumentou até a década de 1850, passou a declinar acentuadamente até a década de 1880; na contagem total da população, o progressivo aumento do número de indivíduos livres e de brancos revelava a substituição da mão de obra escrava pela livre e a entrada de numerosos imigrantes europeus. A maioria desses indivíduos que compunham o novo perfil da população, no entanto, continuava excluída tanto de maior participação na riqueza produzida no país quanto dos mecanismos de poder político do Estado imperial.





Desenho de 1882 mostrando uma família inglesa, em férias, tomando café ao ar livre em um parque de Paris, na França. BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, Sociedade e Cidadania, 2 ano. São Paulo: FTD, 2016, p. 250.

CAFÉ

Na Europa, o café era considerado uma bebida de luxo desde o século XVII. Sua viabilidade como produto de exportação, porém, só se deu no fim do século XVIII, quando a produção colonial francesa se desorganizou e entrou em crise, em razão de turbulências revolucionárias. A produção brasileira passou a ser realizada em larga escala e voltada para a exportação. Cultivado em pequenas lavouras próximas ao Rio de Janeiro, o café logo atingiu a Zona da Mata mineira e boa parte do litoral fluminense. Em sucessivas etapas de expansão, fixou-se no Vale do Paraíba, entre as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Por volta de 1850, irradiou-se pelo oeste da província de São Paulo, atingindo a região de Campinas. A crescente demanda do produto no mercado internacional favoreceu a expansão do cultivo em direção ao Oeste Paulista, sobretudo a partir dos anos 1870. Nessa região, o café encontrou solo e clima bastante favoráveis, transformando a Província de São Paulo no principal centro produtor do país. O porto de Santos, por sua vez, situado no litoral paulista, tornou-se o mais importante escoadouro da produção cafeeira, ultrapassando o Rio de Janeiro em importância comercial. Da região de Campinas, as fazendas de café espalharam-se em direção a Ribeirão Preto, alcançando mais tarde o sul de Minas Gerais e o norte do Paraná.

A expansão cafeeira (séculos XIX e XX)

Q6



BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, Sociedade e Cidadania, 2 ano. São Paulo: FTD, 2016, p. 251.

Fonte: RODRIGUES, João Antonio. *Atlas para Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977. p. 26.

▼ Acompanhe a expansão das fazendas de café durante os séculos XIX e XX. Em 1819, o Nordeste concentrava 51,2% da população escravizada do país; em 1870, a maioria dos escravizados (quase 60%) trabalhava no Sudeste.



A imagem, de cerca de 1885, mostra escravizados com peneiras e outros instrumentos de trabalho saindo para a colheita de café em fazenda do Vale do Paraíba.

Mão de obra escrava e o café

Em contraste com as regiões ditas “velhas” da lavoura cafeeira (Vale do Paraíba), as áreas “novas” (Oeste Paulista) firmaram-se após a proibição do tráfico de africanos escravizados para o Brasil, nos anos 1850. Diante da necessidade de mão de obra da área cafeeira, voltada sobretudo para o abastecimento dos crescentes mercados norte-americano e europeu, ganhou impulso o tráfico interno (interprovincial e intraprovincial) de escravos, num total estimado de aproximadamente 400 mil até 1885, quando também foi proibido (Lei Saraiva-Cotegipe ou dos Sexagenários).

No tráfico interprovincial, as províncias do Norte e do Nordeste passaram a suprir as áreas de café do Sudeste. No intraprovincial (ou intermunicipal), o fluxo se deu de áreas mais pobres para áreas mais dinâmicas, por exemplo, de áreas urbanas para as lavouras.

Na dinâmica desses fluxos, ganhou força o desaparecimento dos pequenos proprietários de escravos, bem como a diminuição do número de escravos urbanos, direcionados para as lavouras. Certamente esses elementos contribuíram para o fortalecimento da causa abolicionista mais à frente.



BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, Sociedade e Cidadania, 2 ano.
São Paulo: FTD, 2016, p. 250.



Novo Eixo Econômico: São Paulo



Café assumiu a liderança das exportações

À medida que foram ganhando maior importância na vida econômica e política do país, com a transformação da Província de São Paulo em novo eixo econômico, os chamados “barões do café” fixaram-se nos elegantes arredores das cidades. Contavam com o desenvolvimento dos meios de transporte (estradas de ferro e portos) e de comunicação (telégrafo e telefone). Não raro, dedicavam-se a outras atividades econômicas urbanas, como o comércio, bancos e indústrias, diversificando a economia nacional.

A partir da década de 1820, o café assumiu a liderança das exportações brasileiras, enquanto produtos até então importantes, como açúcar, algodão, fumo e couros, perdiam posição. Nos anos 1880, a produção cafeeira brasileira já era responsável por 56% da produção mundial, ampliando-se ainda mais nas décadas seguintes, na época republicana.

ERA MAUÁ

As dificuldades impostas ao desenvolvimento manufatureiro no Brasil, com a baixa tarifa alfandegária (15%) sobre os importados britânicos, estabelecida pelos tratados de 1810, diminuíram no Segundo Reinado: em 1842, o governo não renovou o tratado de comércio com a Inglaterra e decretou, em 1844, a Tarifa Alves Branco, que elevava o tributo sobre os produtos importados.

Embora não tivesse sido essa a intenção (pretendia-se na verdade aumentar a arrecadação de impostos), a decisão acabou por favorecer um surto de desenvolvimento manufatureiro interno. Já no ano seguinte à implantação das novas taxas de importação, somou-se ao aumento da arrecadação alfandegária a elevação do preço dos gêneros importados, o que estimulou a implantação de indústrias, sobretudo no ramo têxtil, para abastecer o mercado interno. Mesmo assim, as exigências do fisco acabaram rebaixando em 30% a taxação sobre os tecidos de algodão importado, quando se pleiteava cerca do dobro disso, limitando empreendimentos. Pressões dos “agraristas”, que viam as tarifas protecionistas como um risco de medidas similares sobre os produtos agrários nacionais que eram exportados, acabaram se sobrepondo às intenções “industrialistas” assentadas em medidas alfandegárias de proteção.

A sobrevivência de algumas fábricas nos anos 1860-1870 deveu-se também a uma conjuntura favorável: a Guerra de Secesão nos Estados Unidos (1861-1865), que quebrou sua produção de algodão, estimulando a produção têxtil no Brasil, e a Guerra do Paraguai (1866-1870), cujas despesas obrigaram o governo a buscar maior arrecadação, elevando as tarifas alfandegárias de importação.





BARÃO DE MAUÁ

Nas iniciativas que contavam com capitais advindos das áreas agrícolas ou comerciais, acabaram prevalecendo esforços isolados na criação de indústrias. O principal exemplo coube a Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, que esteve à frente desse surto. Em meados do século XIX, possuía inúmeros empreendimentos industriais particulares. Mauá também se associou ao governo na construção de ferrovias e rodovias e, em 1874, fez instalar o cabo submarino para comunicação telegráfica direta entre o Brasil e a Europa. Mesmo assim, seu sucesso relativo foi muito mais decorrente de suas relações pessoais do que de uma política governamental de incentivos. Em 1860, por pressão dos cafeicultores ("agraristas"), foi reduzida a taxa para os importados, o que desestimulou investimentos em produção nacional. Mauá perdeu seus empreendimentos para os ingleses e acabou falindo em 1878. A atuação de Mauá e de outros empreendedores mostrou a potencialidade da economia brasileira, que podia integrar-se à modernidade capitalista e desenvolver-se de maneira autônoma, embora ainda fosse inibida pelas permanências em sua estrutura escravocrata e provinciana.



Estradas de ferro

Outro aspecto do processo de modernização da economia brasileira foi a instalação de estradas de ferro com o objetivo de melhorar o sistema de comunicações e transportes e, assim, facilitar o escoamento da produção agrícola. Em 1854, foi inaugurada a primeira estrada de ferro do Brasil, a Rio-Petrópolis, obra de Mauá, ligando a Baía de Guanabara ao sopé da serra, com 14 km de extensão. No ano seguinte, com o patrocínio de empresas inglesas, teve início a construção da Ferrovia Recife-São Francisco e da Ferrovia Dom Pedro II, mais tarde chamada de Central do Brasil, que recebeu também recursos do governo e de diversos empresários brasileiros, devendo interligar o Rio de Janeiro e São Paulo.

A modernização dos transportes esteve intimamente relacionada ao desenvolvimento econômico do Império, unindo os centros produtores aos portos pelos quais a produção escoava, com destaque para o açúcar no Nordeste e, especialmente, o café no Centro-Sul. Após a implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, as ferrovias foram avançando até a Zona da Mata, em Minas Gerais, e pelo interior paulista.



BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, Sociedade e Cidadania, 2 ano. São Paulo: FTD, 2016, p. 253.

Trecho da São Paulo Railway, no topo da Serra do Mar em uma fotografia de Marc Ferrez, 1895. No quarto mês de funcionamento, a ferrovia já permitia aos ingleses um lucro de 300%. Com a construção da Santos-Jundiaí, os ingleses garantiram uma posição estratégica que lhes assegurava o controle do escoamento de todo café produzido no interior paulista.

A QUESTÃO DA MÃO DE OBRA NO SEGUNDO REINADO



Escravidão e tráfico

Até o início do século XIX, o tráfico escravista era legal e amplamente praticado. O desenvolvimento capitalista, consolidado com a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, ampliou o mercado consumidor de gêneros industrializados, multiplicando as pressões pelo fim da escravidão, considerada um entrave ao crescimento capitalista. Os britânicos lideravam as pressões internacionais, e ao fazê-lo desejavam também preservar, na África, a mão de obra necessária aos empreendimentos que então estavam iniciando no continente.

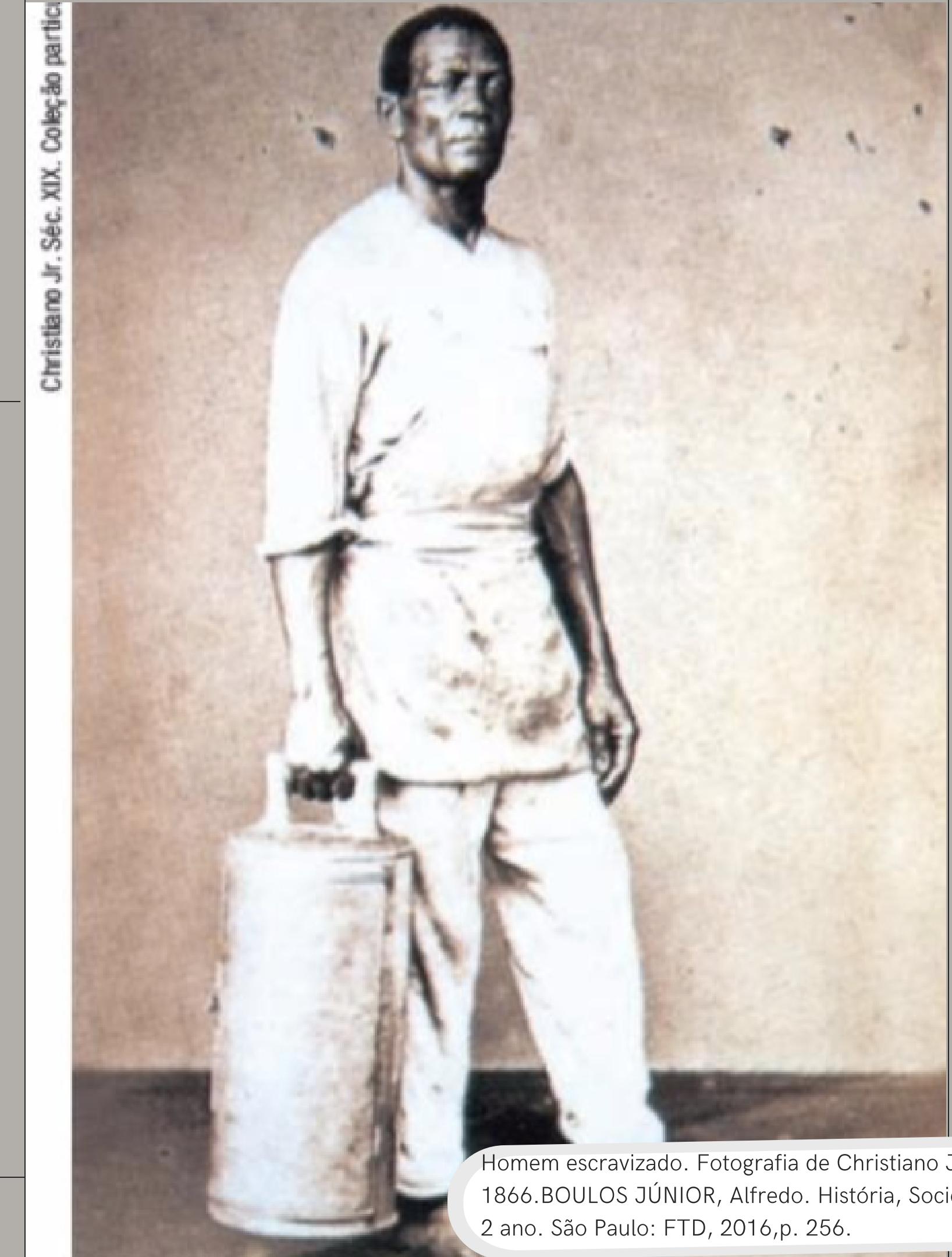
Além das razões econômicas, o desenvolvimento e a consolidação dos princípios liberais levaram diversos grupos a combater a escravidão mundial por razões humanitárias.

Logo após a independência, dom Pedro I assumiu o compromisso de extinguir o tráfico negreiro até 1830, em troca do reconhecimento da emancipação do Brasil pela Inglaterra. O acordo, ratificado pela Regência em 1831, no entanto, não saiu do papel, sendo apenas uma lei “pra inglês ver”.

TRÁFICO E ESCRAVIDÃO

Graças à existência de empresas inglesas no Brasil, que controlavam mais da metade das exportações nacionais, e sob ameaças militares e políticas, o governo brasileiro cedeu aos interesses britânicos. Dentre essas pressões, destaca-se a aprovação pelo Parlamento inglês, em 1845, da Bill Aberdeen, que definia como legal o apresamento de qualquer navio brasileiro empregado no tráfico negreiro. As incursões britânicas em águas territoriais do Império e os seguidos conflitos levaram à assinatura da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibiu o tráfico Atlântico de escravos, interrompendo o abastecimento de africanos escravizados, embora muitos continuassem a praticar o tráfico ilegalmente.

Igualmente decisivas para o fim do tráfico foram as pressões e resistências internas (fugas e rebeliões de escravos, bem como a atuação de novas forças sociais contrárias à escravidão) e o estímulo à imigração para fornecer novos trabalhadores.



Christiano Jr. Séc. XIX. Coleção particular

Homem escravizado. Fotografia de Christiano Júnior , 1864-1866.BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, Sociedade e Cidadania, 2 ano. São Paulo: FTD, 2016,p. 256.



Imigrantes europeus

A cafeicultura, porém, em franca expansão, demandava mais trabalhadores. Diante do problema, os fazendeiros, a partir da segunda metade do século XIX, agenciaram a vinda de milhares de imigrantes europeus para trabalhar nos cafezais.

A primeira iniciativa importante de incentivo à imigração foi o sistema de parceria, adotado em 1847 pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro, na fazenda de Ibicaba, em Limeira, interior da província de São Paulo. O sistema consistia em custear, a título de antecipação dos rendimentos, o transporte de trabalhadores europeus até as fazendas, bem como sustentá-los e a suas famílias nos primeiros tempos de permanência na propriedade. Instalados, os imigrantes deviam dar início ao trabalho, cultivando café e gêneros de subsistência. Ficavam com um terço dos lucros, cabendo o restante ao fazendeiro, para amortizar a dívida inicial.

A parceria, no entanto, fracassou. Os juros cobrados sobre a dívida inicial eram elevados (de até 12% ao mês); os trabalhadores eram maltratados pelos fazendeiros – habituados ao sistema escravista –; e a remuneração paga pelo café cultivado era muito baixa. Em algumas fazendas, inclusive a de Campos Vergueiro, ocorreram revoltas de colonos que exigiam a quitação de suas dívidas ou melhores condições de trabalho e maior remuneração. Na “revolta de Ibicaba” (1856-1857) destacou-se a atuação do suíço Davatz, que além de tratar do cafezal era mestre-escola da fazenda. Descontentes com as contas apresentadas sobre dívidas e a remuneração devida, os colonos incumbiram Davatz de apresentar uma lista de reivindicações. Davatz acabou demitido, retornando para a Suíça. Lá, escreveu um livro descrevendo detalhes das condições de trabalho e acusando os fazendeiros de tratarem os colonos como escravos.



Guilherme Gaensly/Fundação do Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo.

De 1870 a 1920, entraram no Brasil cerca de 1,4 milhão de italianos (43% do total de imigrantes). Na foto do início do século XX, imigrantes italianos recém-chegados à Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo, hoje transformada no Memorial do Imigrante. VICENTINO, C.; DORIGO, G. História geral e do Brasil, v. 2. São Paulo: Scipione, 2013, p. 263.





Os imigrantes. Tela de Antônio Rocco, c. 1910. BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, Sociedade e Cidadania, 2 ano. São Paulo: FTD, 2016, p. 257.



O impulso da emigração para o Brasil contou com a difícil conjuntura europeia da segunda metade do século XIX. À crise econômica agregaram-se os efeitos de diversas guerras, obrigando uma grande massa camponesa a abandonar seu país e procurar oportunidades em outras regiões.

Ao mesmo tempo, no Brasil, avançava a campanha abolicionista e investia-se no trabalhador estrangeiro. O governo imperial adotou o sistema de imigração subvencionada, substituindo a iniciativa privada pela estatal, e regulamentou as relações entre fazendeiros e trabalhadores.

A Itália e a Alemanha, que passavam por muitas dificuldades, como as guerras pela unificação nacional, foram os maiores "exportadores" de mão de obra para o Brasil. De lá vieram os mais numerosos grupos de imigrantes, seguidos dos eslavos. Esses europeus dirigiram-se principalmente para as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



Pequena propriedade X Latifundiários

LEI DE TERRAS

Com a entrada maciça de imigrantes no país, a possibilidade de surgirem pequenas propriedades com mão de obra familiar e voltadas para o mercado interno incomodava os latifundiários, que precisavam de toda mão de obra disponível para manter suas lavouras e garantir-se como classe dominante. O governo imperial, pressionado, aprovou uma lei que dificultava o acesso dos imigrantes recém-chegados, dos libertos e homens livres às terras, principalmente as mais produtivas.

A Lei de Terras, aprovada em 1850, foi uma medida decisiva para conter o desvio da mão de obra livre para outras atividades que não a agroexportação. A partir de então, as terras públicas só poderiam tornar-se propriedade privada por meio da compra, e não mais por doação ou posse. Com os preços propositalmente elevados, as terras se tornaram inacessíveis à maioria da população.

Os vínculos da aristocracia econômica com o Estado imperial escravista estabeleceram uma quase monopolização dos recursos econômicos (terrás, capitais e trabalho). Mantinham-se, dessa forma, as bases complementares da economia brasileira e sua dependência internacional. Assumindo o controle político, as elites, especialmente a cafeeira, puderam acionar mecanismos para garantir e maximizar seus lucros e suas fontes de poder, firmando o caráter oligárquico do Segundo Reinado.



E POR HOJE
TERMINAMOS!
OBRIGADA!

Próxima aula: assíncrona

Contato: lis.coutinho@ifsp.edu.br

